



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

AMANDA JOVANHAQUE BENATO

O PSICOPEDAGOGO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL
DA PESSOA COM TEA

TAGUAÍ – SP

2023



AMANDA JOVANHAQUE BENATO

**O PSICOPEDAGOGO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL
DA PESSOA COM TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de Graduação
em Pedagogia nas Faculdades
Integradas de Taguaí sob a
orientação do Prof. Me. José
Dienison de Chechi

TAGUAÍ – SP

2023



AMANDA JOVANHAQUE BENATO

**O PSICOPEDAGOGO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL
DA PESSOA COM TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso
orientado pelo Prof. Me. José Dienison de
Chechi apresentado ao curso de
Graduação em Pedagogia das Faculdades
Integradas de Taguaí, como requisito para
obtenção do grau de graduado em
Pedagogia.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

PROF. ME. JOSÉ DIENISON DE CHECHI

PROF. ME. EMERSON CARLOS DE ALMEIDA

PROF. ESP. TELMA CIANO DA SILVA FERRI

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, discernimento e sabedoria durante essa trajetória.

Agradeço aos meus pais e familiares, por entenderem minha ausência durante todo esse período em busca dos louros da formação acadêmica, pelo apoio nos momentos de desespero e angustia quando a única saída parecia o abandono da presente trajetória, pelo incentivo, pela confiança depositada em mim que hoje se transforma em orgulho familiar.

Agradeço o meu orientador, José Dienison de Chechi, que foi o meu total apoio, que com seu conhecimento e seus ensinamentos me permitiu a conclusão deste trabalho, se mostrando amigo, a toda sua assistência, me acompanhando do início ao fim desse artigo, sempre presente e disponível.

Por fim não posso deixar de agradecer meu subconsciente, minha força de vontade e minha busca por uma educação de qualidade para toda a sociedade, motivos que me trouxeram até aqui e certamente me levaram a caminhos por mim nunca trilhados antes.

RESUMO

A perspectiva pedagógica aqui contemplada é a importância do psicopedagogo nos aspectos relacionados a pessoa com autismo. Tendo como objetivo ampliar o conhecimento sobre o transtorno invasivo de desenvolvimento, propiciando a sociedade maneiras de identificar e conhecer a ação deste profissional e facilitar o convívio com o indivíduo autista, além de melhorar sua integração à sociedade. Este trabalho dá um panorama geral sobre o transtorno no Brasil apontando a interferência desse profissional e seu trabalho nas origens e nas características do autismo, os tratamentos e os métodos pedagógicos essenciais para a melhor formação do autista e das pessoas que com ele se relacionam. O psicopedagogo deve ter uma boa noção das fases de desenvolvimento humano, suas mudanças físicas e emocionais; além de conhecer a cultura da criança, o que influenciará em seus gostos e interesses, como também na faixa econômica que essa família se encontra.

Palavras-chave: Autismo. Cultura. Desenvolvimento. Psicopedagogo. Sociedade.

INTRODUÇÃO

Observado a sociedade contemporânea e o desenvolvimento tecnológico, juntamente com os aspectos sociais, podemos propor estudos e formas de analisar os paradigmas que a transformação educacional enfrenta. Principalmente associando os fatores genéticos e sociais de cada indivíduo com seus desempenhos e habilidades.

Para iniciar o presente estudo devemos ter como prévio conhecimento que durante muitos anos, o autismo foi associado erroneamente a problemas emocionais e a pais "frios e distantes". Essa crença prevaleceu até a década de 1960, quando pesquisas científicas começaram a trazer ¹insights sobre a base biológica do transtorno.

Nos anos 1970 e 1980, o autismo recebeu mais atenção da comunidade científica e de organizações de pais, que buscavam informações e recursos para apoiar os indivíduos afetados. O diagnóstico e a compreensão desse transtorno também evoluíram significativamente.

A classificação do autismo como um transtorno do espectro autista (TEA) ocorreu em 2013, com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais ²(DSM-5). Essa nova classificação ampliou o conceito de autismo, considerando uma variedade de características e gravidades.

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação verbal e não verbal, além de comportamentos repetitivos e restritos. A história do autismo remonta a tempos

¹ Insight é a compreensão de uma causa e efeito específicos dentro de um contexto particular. O termo insight pode ter vários significados relacionados: um pedaço de informação o ato ou resultado de compreender a natureza interna das coisas ou de ver intuitivamente uma introspecção.

² DSM-5 é um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais. Usado por psicólogos, fonoaudiólogos, médicos e terapeutas ocupacionais

antigos, mas foi somente no século XX que começou a ser estudado de forma sistemática.

O termo "autismo" foi cunhado pelo psiquiatra austríaco ³Leo Kanner em 1943, quando descreveu um grupo de crianças com características comportamentais semelhantes. Ele acreditava que essas crianças tinham dificuldades inatas na interação social.

Na mesma época, o psiquiatra suíço ⁴Hans Asperger também descreveu um grupo de crianças com dificuldades sociais e comportamentos repetitivos, porém, suas observações só foram amplamente reconhecidas décadas depois.

Hoje em dia, há uma maior conscientização sobre o autismo e uma busca por inclusão e suporte adequado às necessidades das pessoas com TEA. A pesquisa científica continua avançando para entender melhor as causas e possíveis intervenções para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos autistas.

Acredita-se que o autismo tenha uma base genética, mas também pode ser influenciado por fatores ambientais. As pesquisas mostram uma prevalência crescente do transtorno, que afeta cerca de 1 em cada 54 crianças nos Estados Unidos.

Existem diversas abordagens de intervenção para ajudar as pessoas com autismo a desenvolver habilidades sociais, de comunicação e comportamentos adaptativos. O tratamento pode envolver terapia comportamental, terapia ocupacional, fonoaudiologia e educação especializada.

A sociedade tem avançado na conscientização e na aceitação das pessoas com autismo, embora ainda há uma não aceitação familiar em respeito ao diagnóstico do transtorno, levando muitas vezes a demora de um tratamento precoce, agindo mais corretivamente que preventivamente quanto aos efeitos vulneráveis do autismo.

³ Léo Kanner descreveu pela primeira vez a síndrome do autismo infantil em 1943 como um distúrbio inato de contato afetivo. Em dois anos passou a chamar de síndrome do autismo infantil e a falar em autismo primário (aquele que ocorre desde o nascimento) e secundário (manifesta após alguns anos).

⁴ Asperger foi o primeiro a apontar a prevalência maior do autismo em meninos, que apresentavam falta de empatia, interesses restritos e uma forma peculiar de conversar, usando palavras incomuns para a idade.

Atualmente, é comum encontrar campanhas de inclusão, programas de sensibilização e mais recursos disponíveis para apoiar as pessoas autistas em seus desenvolvimentos para obtenção de uma qualidade de vida significativa em sociedade.

Além dos avanços em termos de conscientização e intervenção, também houve uma maior ênfase na pesquisa sobre as causas subjacentes e os fatores de risco do autismo. Os cientistas estão investigando a influência de fatores genéticos, como mutações específicas de genes, assim como fatores ambientais durante a gravidez e nos primeiros anos de vida.

Outra área de pesquisa importante é a busca por ⁵biomarcadores que possam ajudar no diagnóstico precoce e fornecer informações sobre o melhor tratamento para cada pessoa autista. Esses avanços podem ajudar a personalizar as intervenções e a melhorar os resultados a longo prazo.

Além disso, há um crescente foco na inclusão e na criação de ambientes acessíveis para as pessoas com autismo em todas as áreas da sociedade, desde a educação até o local de trabalho. Esforços estão sendo feitos para garantir a igualdade de oportunidades, respeitando as necessidades individuais de cada pessoa autista.

A de se dizer os pontos não alcançados pelo conhecimento do autismo no que diz respeito ao desempenho de diferentes habilidades não identificadas ou identificadas em menor escala em indivíduos tidos como não autista, habilidades essas em diferentes linhas do conhecimento onde muitos autistas elevam alto grau de conhecimento e habilidade.

Desta forma trazemos o presente trabalho com a finalidade de apontar os benéficos e avanços do trabalho executado pelo psicopedagogo no avanço e desenvolvimento de atividades e construção de saberes das crianças de 4 e 5 anos diagnosticadas com autismo e sua participação no desenvolvimento social de toda a

⁵ Biomarcadores ou marcadores biológicos são entidades que podem ser medidas experimentalmente e indicam a ocorrência de uma determinada função normal ou patológica de um organismo ou uma resposta a um agente farmacológico.



comunidade, bem como escola, família e profissionais de saúde relacionados a temática.

1. Legislação e Direitos dos alunos com TEA⁶

1.1. Legislação Educacional Brasileira

A legislação educacional brasileira é composta por um conjunto de leis, normas e regulamentos que regem o sistema educacional do país. Alguns dos principais marcos legais da educação estão presentes conforme descrição abaixo:

Constituição Federal de 1988: A Constituição estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, determinando que o ensino deve ser ministrado com base em princípios como igualdade de condições de acesso e permanência na escola, gestão democrática, valorização dos profissionais da escola educação, garantia de padrão de qualidade e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): Conhecida como LDB, essa lei estabelece diretrizes e bases da educação nacional, definindo princípios e normas para a organização da educação no país. Ela trata de diversos aspectos como a estruturação dos níveis e modalidades de ensino, a formação de professores, currículo, avaliação, gestão educacional e financeira.

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014): O PNE é um documento que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil em um período de 10 anos. Ele aborda diferentes aspectos da educação, como a ampliação do acesso e da qualidade da educação básica e da educação superior, além da valorização dos profissionais da educação.

⁶ O Transtorno do Espectro Autista é resultado de alterações físicas e funcionais do cérebro e está relacionado ao desenvolvimento motor, da linguagem e comportamental. O TEA afeta o comportamento da criança. Os primeiros sinais podem ser notados em bebês nos primeiros meses de vida.

1.2. Educação Especial no Brasil

A educação especial no Brasil é um campo essencial para garantir a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência. Ao longo dos anos, houve avanços na legislação e nas políticas educacionais no país para promover a igualdade de oportunidades e o acesso pleno à educação para todos.

No entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir uma educação especial de qualidade. A falta de estrutura adequada nas escolas, a escassez de profissionais capacitados, a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos apropriados e a falta de investimento financeiro são alguns dos obstáculos enfrentados.

A formação dos profissionais da educação para a educação inclusiva também é um aspecto fundamental a ser abordado. É necessário um currículo que prepare os professores para trabalhar com a diversidade, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Além disso, é importante destacar que a inclusão não deve ser apenas física, mas também pedagógica e social. É necessário criar um ambiente escolar acolhedor, onde todos os alunos sejam respeitados e valorizados, e onde as diferenças sejam consideradas como uma riqueza.

A colaboração entre famílias, escolas e comunidade é fundamental para o sucesso da educação especial. É necessário promover o diálogo, a troca de experiências e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional.

Apesar dos desafios, é importante reconhecer os esforços e os avanços que têm sido feitos na educação especial no Brasil. A conscientização sobre a importância da inclusão está aumentando, assim como a demanda por uma educação de qualidade para todos.

É fundamental que o governo, as instituições educacionais e a sociedade como um todo continuem trabalhando juntos para garantir que a educação especial seja uma realidade acessível e inclusiva para todas as pessoas com deficiência no Brasil.

A legislação da educação especial no Brasil é regida por diferentes leis e normas que buscam garantir o direito à educação inclusiva e de qualidade para pessoas com deficiência. Algumas das principais leis que tratam desse tema são:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96: Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, em seu Artigo 58, garante o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Decreto nº 7.611/11: Esse decreto institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

3. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/15: Essa lei estabelece os direitos das pessoas com deficiência em diferentes áreas, incluindo a educação. Prevê a oferta de apoio especializado, recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, além do acesso à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino.

4. Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/14: O PNE estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira em um período de dez anos. Ele inclui metas específicas relacionadas à educação especial, como a garantia de 100% de escolarização de alunos com deficiência na rede regular de ensino e a formação de professores para o atendimento educacional especializado.

Essas são apenas algumas das principais leis relacionadas à educação especial no Brasil. É importante ressaltar que cada estado e município também podem ter leis complementares e diretrizes para a implementação da educação inclusiva em suas redes de ensino. Além disso, o MEC⁷ e os órgãos responsáveis pela educação

⁷ Ministério da Educação, é um órgão do governo federal do Brasil.



especial também emitem normativas e orientações para a efetivação dessas legislações.

1.3. Legislação sobre Educação Especial no Brasil - TEA

Os direitos dos alunos autistas são fundamentais para garantir sua inclusão e acesso igualitário à educação. É essencial que eles tenham seus direitos respeitados e sejam apoiados de forma adequada para que possam desenvolver seu potencial plenamente.

Alunos autistas têm o direito de receber uma educação inclusiva, o que significa que devem ser integrados às escolas regulares sempre que possível. Isso implica proporcionar adaptações curriculares, recursos pedagógicos, apoio especializado e estratégias de ensino que atendam às suas necessidades individuais.

Além disso, é fundamental que esses alunos sejam respeitados e tratados com igualdade, sem qualquer forma de discriminação. Eles têm o direito de participar de todas as atividades escolares de forma plena e efetiva, seja no aspecto acadêmico, social, cultural ou esportivo.

Também é importante destacar que os alunos autistas têm o direito de receber um atendimento educacional especializado, como previsto na legislação brasileira. Isso inclui o acesso a profissionais qualificados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que podem auxiliar em seu desenvolvimento e processo de aprendizagem.

Além dos direitos acadêmicos, os alunos autistas também têm direito a um ambiente escolar seguro e inclusivo, livre de preconceitos e bullying⁸. A conscientização sobre o autismo e a promoção da empatia e aceitação por parte de toda a comunidade escolar são cruciais para garantir um ambiente acolhedor.

Para garantir o respeito e a efetivação desses direitos, é importante que haja conscientização, formação e capacitação de professores e profissionais da educação para compreender e atender às necessidades específicas dos alunos autistas. Além disso, é fundamental a participação e o engajamento das famílias, como partes

⁸ Ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima.

essenciais na promoção da igualdade de oportunidades e do bem-estar desses alunos.

Em suma, o respeito ao direito dos alunos autistas é um componente essencial da educação inclusiva e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Garantir seu acesso à educação de qualidade e promover um ambiente de respeito e inclusão é um compromisso de todos os envolvidos no processo educacional.

A legislação educacional sobre autismo no Brasil busca garantir o acesso e a inclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação. Algumas das principais leis e normativas relacionadas ao tema são:

1. Lei Berenice Piana⁹ - Lei nº 12.764/12: Essa lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Ela reconhece o TEA como uma deficiência e estabelece diretrizes para a garantia dos direitos e do acesso à educação inclusiva.

2. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE): Essa resolução estabelece diretrizes para a oferta de educação especial na educação básica, incluindo orientações específicas para a inclusão e atendimento de alunos com TEA.

3. Parecer nº 14/2001 do CNE/CEB: Esse parecer dispõe sobre a organização do ensino fundamental para alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com TEA. Ele indica a importância do atendimento educacional especializado e da adaptação curricular para promover a inclusão e o desenvolvimento desses alunos.

⁹ Berenice Piana de Piana, ou simplesmente Berenice Piana, nascida no município de Dois Vizinhos em 18 de agosto de 1958, é uma militante brasileira, co-autora da lei 12.764, sancionada em 28 de dezembro de 2012, que leva seu nome.

Berenice é mãe de três filhos, sendo o caçula autista, o que lhe motivou à luta em defesa das pessoas com esse transtorno. Por conta disso, ela idealizou a primeira clínica Escola do Autista do Brasil, implantada em Itaboraí, no Rio de Janeiro, em abril de 2014, além de participar da criação de leis em defesa do autista em vários municípios e estados brasileiros.

4. Portaria nº 3.916/2019 do Ministério da Educação: Essa portaria institui o Programa Escola Inclusiva - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que tem como objetivo garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com TEA.

Essas são algumas das principais leis e normativas relacionadas à educação de pessoas com autismo no Brasil. Ressaltando novamente que cada estado e município também podem ter leis e diretrizes complementares para a inclusão de alunos com TEA nas escolas. Além disso, é fundamental que sejam oferecidos recursos e apoios específicos, como salas de recursos multifuncionais e acompanhamento de profissionais especializados, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para esses alunos.

Faz-se importante ressaltar que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é abordado na legislação educacional brasileira de forma a garantir o acesso, a inclusão e a qualidade da educação para pessoas com TEA. Diversas leis e normativas foram criadas com o intuito de assegurar os direitos desses indivíduos e promover sua participação plena na sociedade.

A Lei Berenice Piana, por exemplo, é um marco importante nesse contexto, pois reconhece o TEA como uma deficiência e estabelece diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com TEA, incluindo o direito à educação inclusiva. Além disso, a Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outros documentos normativos contribuem para orientar a implementação de práticas inclusivas nas escolas.

Essas legislações destacam a importância de promover a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, tendo em vista que cada indivíduo tem o direito de frequentar a escola mais próxima de sua residência e receber o apoio necessário para seu pleno desenvolvimento. Essa abordagem implica em adaptações curriculares, o atendimento educacional especializado, a formação de professores e a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação efetiva das leis e normativas é um desafio contínuo. É necessário que haja um investimento em infraestrutura, formação contínua de professores, capacitação para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA e acesso a recursos especializados. Além disso, é fundamental envolver as famílias e a comunidade escolar para promover uma cultura de inclusão e garantir o pleno desenvolvimento de cada aluno com TEA.

2. TRANSTORNO AUTISTA

2.1. HISTÓRIA

Segundo Kaplan (1997), Henry Maudsley (1867) foi o primeiro psiquiatra a dar uma atenção mais séria às crianças com transtornos mentais severos, com atrasos e distorções severas no seu processo de desenvolvimento. Mas no começo todos esses transtornos eram considerados psicoses.

Segundo Fuentes (2008), em 1943, Leo Kanner descreveu onze casos clínicos, que deu o nome de distúrbios autísticos, em que enfatizou que existia uma incapacidade de se relacionar bem com as pessoas desde o nascimento, com respostas incomuns ao ambiente e desinteresse em se relacionar com esse ambiente, com inclusão de maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança, com dificuldades na linguagem, como: inversão de pronomes e ecolalia.

Segundo Kaplan (1997), Kanner descreveu crianças que exibiam extrema solidão autista, com atraso no desenvolvimento da linguagem, com ecolalia, assim como inversão de pronomes (usar “você” ao invés de “eu”), repetições monótonas de sons, e é claro os maneirismos e estereotípias, mas com uma excelente memória de repetição, comportamentos obsessivos, pavor de mudança e imperfeição, relações anormais com as pessoas e preferências por seres inanimados. Ele sugeriu que esses problemas de comportamento eram muito mais frequentes do que se imaginava na época e que eram confundidas com crianças com retardo mental ou esquizofrenia.

Durante os anos de 1950 e 1960, acreditava-se que o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos aos filhos, mas essa ideia foi abandonada por uma série de estudos que a negaram. Várias pesquisas começaram a acumular a noção de que o autismo é um transtorno orgânico cerebral presente desde a infância e encontrado em indivíduos de todos os países, grupos socioeconômicos e étnicos investigados.

Em 1980, o autismo foi pela primeira vez reconhecido e colocado em uma nova classe diagnóstica: os transtornos invasivos do desenvolvimento (TID) no DSM-III. O

termo TID também foi adotado na décima revisão da CID-10 e no DSM-IV. Os critérios para o autismo foram uniformizados nas duas edições.

2.2. EPIDEMIOLOGIA, ETIOLOGIA E PATOGÊNESE

2.2.1. Epidemiologia

O transtorno autista ocorre em uma taxa de 2 a 5 casos por 10.000 crianças com menos de doze anos. Se incluir o retardo mental severo com alguns aspectos do autismo isso pode subir para até 20 casos por 10.000. E na maioria dos casos o quadro autista começa antes dos 36 meses, mas muitas vezes passa despercebido pelos pais, pois depende da sua gravidade para a doença ser percebida.

Segundo Fuentes (2008), acredita-se que existe uma incidência do autismo em cerca de dois indivíduos para cada mil nascimentos. O autismo é de quatro a cinco vezes mais frequente em sujeitos do sexo masculino, cerca de três a cinco vezes mais meninos do que meninas são afetadas pelo transtorno autista.

Mas as meninas tendem a ser mais seriamente afetadas e a terem mais comprometimento cognitivo.

Nos últimos 25 anos, nenhum estudo epidemiológico demonstrou uma associação entre autismo e condições socioeconômicas. Há alguns anos se acreditava que o transtorno autista era mais encontrado em famílias com uma alta condição econômica, mas passados alguns anos percebeu-se maior incidência em crianças cuja família tem uma remuneração mais baixa, isso se acredita ter acontecido devido ao acesso maior de profissionais capacitados para o reconhecimento do transtorno no serviço público de saúde. Mas nenhum estudo profundo foi feito nos últimos anos para demonstrar mais adequadamente o fator socioeconômico relacionado com o transtorno autista.

2.2.2. Etiologia e Patogênese

De acordo com Kaplan (1997), o transtorno autista foi considerado inicialmente como tendo sua origem psicossocial ou psicodinâmica, mas atualmente acumulam-se estudos e evidências de que existem fatores biológicos. Segundo Fuentes (2008), o autismo é multifatorial e com uma forte influência genética. Ele pode ser associado a

uma causa conhecida que é a síndrome do X frágil, a esclerose tuberosa e anormalidades cromossômicas. E também podem existir fatores que influenciem como infecções pré-natais por citomegalovírus.

O transtorno autista está ligado a lesões neurológicas, notoriamente rubéola congênita, esclerose tuberosa, e síndrome de Rett. As crianças autistas demonstram bem mais complicações perinatais do que as crianças normais ou aquelas que tenham outros transtornos. Isso sugere que as complicações que possam existir nos primeiros três meses da gravidez são significativas para o desenvolvimento do transtorno.

2.3. Fatores Genéticos

Vários estudos demonstram que entre 2 e 4% dos irmãos de indivíduos autistas podem ser afetados pelo transtorno. O transtorno autista é um dos transtornos neuropsiquiátricos de maior herdabilidade.

A diminuição rápida do risco relativo de parentes de primeiro para segundo e para terceiro grau, combinada com a concordância entre gêmeos monozigóticos de 64- 91%, e a concordância entre gêmeos dizigóticos e irmãos de 0-9% (Brune et al., 2006; Bailey et al., 1995), indica que o autismo parece ser decorrente de efeito epigenético e/ou da interação de múltiplos genes, em combinações variadas de modo aditivo, multiplicativo, epistático ou de outras maneiras ainda desconhecidas (FUENTES et al., 2008, p. 231-232).

Outras evidências para a base genética desse transtorno vêm de investigações em familiares de autistas não afetados que demonstram algumas alterações leves na interação social, na área da comunicação e na área imaginativa semelhante à dos autistas.

2.4. Fatores Perinatais

Existe uma alta relação entre problemas perinatais e o transtorno autista, entretanto nenhuma complicação específica tem sido associada ao transtorno como causa direta. Pode estar associado a complicações no primeiro trimestre de gestação e no período perinatal, quando as crianças têm uma alta incidência de síndrome de aflição respiratória e anemia neonatal. E alguns estudos também mostram a relação entre o uso de medicações durante a gravidez e o transtorno autista (KAPLAN, 1997).

Sangramento materno após o primeiro trimestre e mecônio no líquido amniótico foram encontrados com mais frequência, e podem estar associados, dessa maneira ao autismo.

2.5. Fatores Imunológicos

Segundo Kaplan (1997), algumas evidências indicam que a incompatibilidade imunológica entre a mãe e o feto pode contribuir para o autismo. Dessa maneira, os linfócitos de algumas crianças autistas reagem com os anticorpos da mãe podendo assim danificar os tecidos neurais embrionários ou extraembrionários.

2.6. CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS E DIAGNÓSTICO

Todas as crianças autistas apresentam dificuldades na interação com seus pais e outras pessoas. Quando bebês, não exibem muitas vezes o sorriso habitual que existe na interação com as outras pessoas, também apresentam pobre contato visual. O desenvolvimento social apresenta algumas características, como falta de apego, mas nem sempre ausência total, e um fracasso na capacidade de criar vínculos com uma pessoa específica, por exemplo, mais próxima. As crianças com o transtorno parecem não conseguir diferenciar as pessoas mais próximas, como pais e irmãos das outras pessoas. Além de não demonstrar qualquer dificuldade de separação, ou ansiedade de separação quando são deixadas em um local desconhecido com pessoas estranhas.

Quando essas crianças entram em idade escolar e vão para a escola, apresentam uma dificuldade em se relacionar com seus pares, com seus colegas. Apresentam um fracasso no brincar, em fazer amigos e principalmente no desenvolvimento de empatia.

3. O PSICOPEDAGOGO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIÇAS COM TEA

3.1. O PSICOPEDAGOGO NA SOCIEDADE

O psicopedagogo é um profissional que se dedica a entender os processos de aprendizagem das pessoas, identificando as dificuldades e propondo soluções. Esse especialista, que pode atuar tanto na área da educação como na área da saúde, tem um papel fundamental na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo, destacamos alguns dos principais aspectos do papel do psicopedagogo na sociedade:

Diagnóstico e Intervenção: Uma das principais funções do psicopedagogo é diagnosticar as causas das dificuldades de aprendizagem, sejam elas de origem emocional, cognitiva ou social. A partir desse diagnóstico, o profissional propõe estratégias de intervenção adequadas para cada caso.

Atuação Preventiva: Além do trabalho corretivo, o psicopedagogo também atua na prevenção, buscando criar ambientes e práticas pedagógicas que minimizem o surgimento de obstáculos à aprendizagem.

Integração entre Escola e Família: O psicopedagogo muitas vezes atua como um mediador entre a escola e a família, ajudando ambos a compreenderem melhor os desafios enfrentados pelo aprendiz e a buscar soluções conjuntas.

Desenvolvimento de Metodologias Inclusivas: O profissional é capacitado para pensar em estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, promovendo a inclusão daqueles com dificuldades ou deficiências.

Formação de Professores: O psicopedagogo também pode atuar na formação continuada de professores, ajudando-os a compreender melhor os processos de aprendizagem e a identificar e enfrentar as dificuldades de seus alunos.

Acompanhamento Terapêutico: Em casos onde as dificuldades de aprendizagem estão associadas a questões emocionais mais profundas, o

psicopedagogo pode atuar em um contexto terapêutico, ajudando o indivíduo a superar traumas, bloqueios e outros obstáculos à aprendizagem.

Pesquisa e Atualização: Assim como em outras áreas, a psicopedagogia está em constante evolução. O profissional deve estar em busca constante de atualização, realizando ou acompanhando pesquisas que tragam novos insights sobre os processos de aprendizagem.

Promoção da Autonomia: Um dos objetivos centrais do trabalho psicopedagógico é desenvolver a autonomia do aprendiz, permitindo que ele compreenda e supere suas dificuldades, tornando-se um aprendiz autodirigido e autoconfiante.

O papel do psicopedagogo na sociedade é, portanto, fundamental para garantir uma educação mais inclusiva, justa e eficaz. Ao compreender a complexidade dos processos de aprendizagem e atuar diretamente nas dificuldades apresentadas pelos indivíduos, esse profissional contribui significativamente para o desenvolvimento humano e social.

3.2 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO

Na educação o psicopedagogo desempenha um papel de extrema relevância para a compreensão e intervenção nas questões ligadas ao processo de aprendizagem. Esse profissional trabalha no cruzamento entre a educação e a psicologia, atuando tanto de forma preventiva quanto interventiva.

O psicopedagogo oferece suporte ao professor na identificação e compreensão de dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Ele auxilia o docente a adaptar estratégias pedagógicas, tornando-as mais eficazes diante dos desafios encontrados. Quando detectadas questões que afetam o processo de aprendizagem, o psicopedagogo trabalha diretamente com o aluno, utilizando abordagens e ferramentas específicas para identificar a origem das dificuldades e traçar planos de intervenção.

As dificuldades de aprendizagem podem ter múltiplas causas, incluindo fatores emocionais, cognitivos, sociais e até mesmo físicos. Portanto, sua abordagem é holística, buscando entender o aluno em sua totalidade, cabendo esta observação ao psicopedagogo que tem uma parte crucial do trabalho psicopedagógico garantindo que o ambiente educacional seja acolhedor, seguro e propício à aprendizagem. Isso envolve trabalhar questões emocionais e sociais que possam interferir no processo educativo.

Trabalhando em Equipe Multidisciplinar, este profissional colabora com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para garantir uma intervenção ampla e efetiva na estruturação de ambientes escolares que minimizem o surgimento de dificuldades de aprendizagem este profissional em conjunto com a família é um elemento-chave no processo de aprendizagem. O psicopedagogo atua estreitando laços com os familiares, oferecendo orientações e trabalhando conjuntamente para superar desafios educacionais. Muitos profissionais também atuam em pesquisas para compreender melhor os processos de aprendizagem e desenvolver novas abordagens e ferramentas.

Desta forma leva-se ao entendimento que o psicopedagogo na educação é um pilar fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham a oportunidade de aprender de maneira significativa. Seu trabalho vai além da sala de aula, influenciando a criação de políticas pedagógicas, a formação de educadores e a estruturação de ambientes educacionais mais inclusivos e eficazes.

3.3 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO JUNTO AO AUTISTA

No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a atuação do psicopedagogo é fundamental para compreender as particularidades de aprendizagem da pessoa com autismo e, assim, proporcionar disciplinas que potencializem o seu desenvolvimento. Cabe a este profissional realizar uma avaliação aprofundada para identificar as potencialidades e dificuldades específicas no processo

de aprendizagem da pessoa com autismo. Esta avaliação pode incluir observações, testes, entrevistas e análise de consultas.

A intervenção psicopedagógica é baseada na avaliação, o psicopedagogo elabora e implementa um plano de intervenção que visa potencializar o processo de aprendizagem. Esta intervenção é individualizada e leva à consideração das particularidades da pessoa com autismo, o profissional também trabalha orientando as famílias para melhorar o processo de aprendizagem em casa, dando dicas e estratégias para lidar com desafios específicos, trabalhando em conjunto com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e professores, para garantir uma abordagem holística no desenvolvimento da pessoa com autismo.

Muitas pessoas com autismo têm dificuldades nas habilidades sociais. O psicopedagogo pode ajudar a desenvolver essas habilidades através de jogos, atividades e situações estruturadas no contexto escolar, o psicopedagogo pode colaborar com professores e coordenadores para adaptar o currículo e os métodos de ensino às necessidades do aluno com autismo, atuando na sensibilização e formação de educadores, pais e comunidade sobre o TEA, promovendo uma maior compreensão e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa deste trabalho possibilita uma maior compreensão sobre os impactos existentes no cenário atual da educação com relação à variação vivenciada entre os estudantes e a relevância em considerar as diversas aprendizagens como estratégias e, metodologias de ensino diversificada com a pretensão a cada dia em valorizar as diversidades falantes e os princípios socioculturais nelas existentes.

O psicopedagogo é um profissional que atua no cruzamento entre a psicologia e a pedagogia, ocupando-se da aprendizagem humana e de suas possíveis dificuldades. Na sociedade contemporânea, seu papel é de extrema importância em diferentes contextos, desde o ambiente escolar até outros cenários que exigem compreensão e intervenção na aprendizagem.

Este profissional desempenha um papel na conscientização da sociedade sobre as questões da aprendizagem, promovendo uma compreensão mais ampla e uma abordagem mais empática para aqueles que enfrentam desafios em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, onde a capacidade de aprender e adaptar-se é crucial, o papel do psicopedagogo torna-se ainda mais relevante.

Sua atuação é essencial para garantir que todos tenham oportunidades equitativas de aprendizagem e para criar uma sociedade mais inclusiva e informada.

Consideramos que o psicopedagogo é um pilar essencial no desenvolvimento educacional e emocional das crianças com TEA. Sua atuação é decisiva para garantir que o processo de aprendizagem ocorra de forma saudável, respeitosa e eficaz, permitindo que cada criança alcance seu máximo potencial.

Sua atuação é multidisciplinar e visa identificar, compreender e auxiliar no enfrentamento de dificuldades de aprendizagem e questões relacionadas ao processo educacional e emocional.

Seu trabalho contribui para o sucesso acadêmico e bem-estar geral das crianças, bem como para a construção de uma base sólida para seu futuro educacional e pessoal.

Assim, o papel do psicopedagogo tem evoluído ao longo dos anos, refletindo as mudanças nas concepções de aprendizagem, desenvolvimento e as demandas da sociedade. O entendimento da aprendizagem como um processo complexo, que envolve fatores cognitivos, emocionais, sociais e culturais, reforça a relevância desse profissional, que reflete uma compreensão mais profunda e holística da aprendizagem e das diversas variáveis que a influenciam, sendo assim, esse profissional se tornou essencial para apoiar não apenas aqueles com dificuldades de aprendizagem, mas qualquer indivíduo em seu processo de aprendizagem ao longo da vida.

Concluimos, por fim, que a atuação do psicopedagogo no contexto do autismo é de grande importância para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva, levando em consideração as características e necessidades da pessoa com TEA.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Elisabete da; COELHO, Maria Tereza. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.
- BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- CHUPIL, P.; SOUZA, K. P. O.; SCHNEIDER, C. **A neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.
- DRESCH, Fernanda. **Teoria e Prática da Neuropsicopedagogia**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.
- FIALHO, Neusa Nogueira. **Educação e ludicidade**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2019.
- FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L.F.; CAMARGO, C.H.P. & COSENZA, R.M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. São Paulo: ArtMed, 2008.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-231.
- KLEINA, Claudio. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2016.
- LEITE, Vânia Aparecida Marques. **Dimensões da não aprendizagem**. ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- PIAGET, J. **A Linguagem e o pensamento da criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973.
- SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional**. 1.ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- SILVA, D. V.; HAETINGER, M. G. **Ludicidade e psicomotricidade**. 1.ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2013.
- VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.